

Xingu Rio
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro de
2020 com relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balanço patrimonial	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Sociedade”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A Sociedade

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade” ou “XRTE”), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão (a serem construídas):

Extensão de linhas em km:	2.792,29
Tensão em kV:	800/500
Subestações:	3

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 1.255.776.241 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 1.232.630.799 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
• Liquidez geral	1,37	1,37
• Liquidez corrente	0,23	0,11
• Relação patrimônio líquido/ativo	27,24%	27,11%
• Relação passivo não circulante/ativo	54,54%	50,56%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	9,23%	7,59%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	36,10%	9,59%
Ativo total	8.819.192	8.852.718
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(221.717)	(182.245)

4) Governança corporativa

A cada ano a Sociedade busca ser mais inclusiva. A Sociedade vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Sociedade vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Sociedade também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2021.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 10 de julho de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.


Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	220.252	40.349
Despesas antecipadas		2.500	10.881
Concessionárias e permissionárias	7	139.129	145.595
Contas a receber - partes relacionadas	24	20	-
Adiantamento a fornecedores		2.104	3.370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.347	-
Outros impostos a recuperar		8.155	14.911
Outros ativos circulantes		1.996	-
		380.503	215.106
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	12	72.159	106.371
Títulos e valores mobiliários	6	126.866	71.346
Outros ativos não circulantes		4.316	136
Imobilizado	8	8.193.347	8.459.666
Intangível	9	114.159	113.576
		8.510.847	8.751.095
Total do ativo		8.891.350	8.966.201

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	10	242.114	509.971
Fornecedores - partes relacionadas	24	286	-
Empréstimos com partes relacionadas	11	1.021.104	1.203.606
Empréstimos e financiamentos com terceiros	11	242.083	264.233
Imposto de renda e contribuição social a pagar		15.816	-
Outros impostos a pagar		33.297	-
Tributos a pagar		-	16.344
Salários e encargos sociais		-	16.480
Taxas regulamentares	13	8.667	2.871
Dividendos propostos	15	98.342	6.141
Outros passivos circulantes		6.569	-
		1.668.278	2.019.646
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	11	4.791.268	4.546.817
Outras provisões - compensação ambiental		29.708	-
Provisão para contingências	14	102	-
Outros passivos não circulantes		-	105
		4.821.078	4.546.922
Patrimônio líquido	15		
Capital social		2.771.001	2.771.001
(-) Capital a integralizar		(480.000)	(480.000)
Reserva de Lucros		1.020.441	607.947
Reserva Legal		67.931	32.320
Reserva de incentivos fiscais		37.648	-
Prejuízo acumulado		(1.015.027)	(531.635)
		2.401.994	2.399.633
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.891.350	8.966.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	16	1.237.104	430.056
Custo da operação	17	<u>(368.954)</u>	<u>(167.873)</u>
Lucro bruto		868.150	262.183
Despesas gerais e administrativas	18	(37.772)	(34.710)
Outras despesas/receitas operacionais	20	<u>36.640</u>	<u>2.725</u>
Lucro antes do resultado financeiro		867.018	230.198
Resultado financeiro	21	<u>(508.549)</u>	<u>(74.502)</u>
Receita financeira		13.209	76.538
Despesa financeira		(521.758)	(151.040)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>358.469</u>	<u>155.696</u>
Imposto de renda e contribuição social	22	(129.640)	26.549
Lucro líquido do exercício		<u>228.829</u>	<u>182.245</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	228.829	182.245
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>228.829</u>	<u>182.245</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reserva de lucros		Reserva de Incentivos fiscais	Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.771.001	(480.000)	12.907	242.784		(325.615)	2.221.077
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	182.245	182.245
Constituição da reserva legal	-	-	19.413	-	-	(19.413)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(3.689)	(3.689)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	365.163	-	(365.163)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.771.001	(480.000)	32.320	607.947		(531.635)	2.399.633
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	228.829	228.829
Constituição da reserva legal	-	-	35.611	-	-	(35.611)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(489)	(489)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM	-	-	-	-	37.648	(37.648)	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 08 de julho de 2020	-	-	-	(110.858)	-	-	(110.858)
Juros sobre capital próprio conf. AGE de 28 de dezembro de 2020	-	-	-	(115.121)	-	-	(115.121)
Reserva de Lucros	-	-	-	638.473	-	(638.473)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.771.001	(480.000)	67.931	1.020.441	37.648	(1.015.027)	2.401.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	358.469	155.696
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	515.353	134.299
Depreciação e amortização	310.847	129.975
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.979	-
Provisão para contingência	102	-
Outras provisões - compensação ambiental	4.613	-
Atualização de investimento	(105)	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	4.487	(145.595)
Contas a receber - partes relacionadas	-	(20)
Estoques	(1.628)	-
Impostos a recuperar	408	(5.484)
Adiantamentos a fornecedores	880	(2.149)
Despesas antecipadas	8.382	-
Outros ativos	(4.182)	(9.668)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(267.458)	11.630
Tributos e contribuições sociais	(50.294)	4.458
Taxas regulamentares	5.795	2.872
Compensação Ambiental	25.095	-
Outros passivos	(5.833)	2.652
Juros pagos	(170.677)	(2.970)
Impostos pagos	(33.822)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	702.411	275.696
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(45.110)	(1.298.725)
Títulos e valores mobiliários	(55.520)	(71.346)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(100.630)	(1.370.071)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	817.237
Financiamentos captados	201.108	-
Financiamentos pagos	(505.986)	(130.000)
Dividendos pagos	(117.000)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(421.878)	687.237
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	179.903	(407.138)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.349	447.487
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	220.252	40.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 07 de agosto de 2015 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 22 de agosto de 2019 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

No dia 22 de outubro de 2015, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2015 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em \pm 800kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.534km com um cabo de para-raios em fibra óptica.
- (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km.
- (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS).

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$988.030.985 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 1.232.631 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 1.255.776 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4. Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020.
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020.
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020.
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras.

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Como parceiro do Projeto Craque do Amanhã, a Companhia doou 18 toneladas de alimentos e materiais de limpeza para a comunidade do entorno, em São Gonçalo (RJ);
- (ii) Juntamente com a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. (“Belo Monte”) com recursos financiados pela linha de Investimento Social Empresarial do BNDES, a Companhia doou:
 - a. 264 leitos hospitalares para o “Hospital Campanha” do Rio Centro, construído pela Prefeitura do Rio de Janeiro.
 - b. 11.000 cestas básicas para 44.000 pessoas em situação de vulnerabilidade social.
- (iii) Doação de 100 mil máscaras de proteção para uso por médicos e enfermeiras no Estado do Rio de Janeiro;
- (iv) Doação de R \$ 1.000.100,00 ao Fundo de Correspondência do BNDES “Salvando Vidas”, por meio da linha BNDES de Investimento Social Empresarial
- (v) Doação de equipamentos hospitalares e EPI ao município de Paracambi / RJ, Anapu / PA e Itumbiara / GO por meio da linha BNDES de Investimento Social Empresarial
- (vi) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio
- (vii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens;
- (viii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa;

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- (ix) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio;
- (x) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem;
- (xi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp;
- (xii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da Covid19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade;
- (xiii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos;
- (xiv) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho;
- (xv) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades;
- (xvi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes;
- (xvii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto;
- (xviii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70

Impacto nas demonstrações financeiras

No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP.

No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 11 – Imobilizado e nota explicativa 12 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Sociedade mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “em serviço” e “em curso”. Os itens apresentados no grupo “em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Sumário das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.5. Imposto de renda e contribuição social

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Na tributação do imposto de renda e contribuição social tendo como base o lucro presumido é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças tributáveis temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Meio ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão.

4.12. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Normas e interpretações novas e revisadas

5.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Contratos onerosos (alterações ao CPC 25)
- Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		380.503	1.188.827	1.569.330	215.106	1.144.946	1.360.052
Caixa e equivalentes de caixa		220.252	-	220.252	40.349	-	40.349
Concessionárias e permissionárias		139.129	-	139.129	145.595	-	145.595
Contas a receber – partes relacionadas	g	20	-	20	-	20	20
Adiantamentos a fornecedores	g	2.104	-	2.104	3.370	(386)	2.984
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.347	-	6.347	-	-	-
Outros impostos a recuperar		8.155	-	8.155	-	-	-
Impostos a recuperar		-	-	-	14.911	-	14.911
Ativos de contrato		-	1.188.827	1.188.827	-	1.144.946	1.144.946
Outros ativos circulantes	g	1.996	-	1.996	-	366	366
Despesas antecipadas		2.500	-	2.500	10.881	-	10.881
Ativo não circulante		8.510.847	2.475.053	10.985.900	8.751.095	1.894.601	10.645.696
Ativos de contrato		-	10.851.954	10.851.954	-	10.571.177	10.571.177
Títulos e valores mobiliários		126.866	-	126.866	71.346	-	71.346
Impostos diferidos		72.159	(72.159)	-	106.371	(106.371)	-
Outros ativos não circulantes		4.316	-	4.316	136	-	136
Imobilizado	b	8.193.347	(8.192.384)	963	8.459.666	(8.458.753)	913
Intangível	b	114.159	(112.358)	1.801	113.576	(111.452)	2.124
		8.891.350	3.663.880	12.555.230	8.966.201	3.039.547	12.005.748

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		1.668.278		1.668.278	2.019.646	489	2.020.135
Fornecedores terceiros	g	242.114	-	242.114	509.971	(116)	509.855
Fornecedores partes relacionadas	g	286	-	286	-	4	4
Empréstimos com partes relacionadas		1.021.104	-	1.021.104	1.203.606	-	1.203.606
Empréstimos e financiamentos		242.083	-	242.083	264.233	-	264.233
Tributos a pagar	g	-	-	-	16.344	(16.344)	-
Salários e encargos sociais	g	-	-	-	16.480	(16.480)	-
Impostos e contribuições sociais	g	15.816	-	15.816	-	20.534	20.534
Outros impostos a pagar		33.297	-	33.297	-	-	-
Taxas regulamentares		8.667	-	8.667	2.871	-	2.871
Dividendos propostos	g	98.342	-	98.342	6.141	489	6.630
Outros passivos circulantes	g	6.569	-	6.569	-	12.402	12.402
Passivo não circulante		4.821.078	1.972.522	6.793.600	4.546.922	1.780.101	6.327.023
Empréstimos e financiamentos		4.791.268	-	4.791.268	4.546.817	-	4.546.817
Outras provisões - compensação ambiental		29.708	-	29.708	-	-	-
Impostos diferidos	c	-	1.972.522	1.972.522	-	1.780.101	1.780.101
Outros		102	-	102	105	-	105
Patrimônio líquido		2.401.994	1.691.358	4.093.352	2.399.633	1.258.957	3.658.590
Capital social		2.771.001	-	2.771.001	2.771.001	-	2.771.001
Capital a integralizar		(480.000)	-	(480.000)	(480.000)	-	(480.000)
Reserva de lucros		1.020.441	-	1.020.441	607.947	48.416	656.363
Reserva especial de lucros a realizar		-	676.331	676.331	-	676.332	676.332
Reserva legal		67.931	-	67.931	32.320	2.574	34.894
Reserva de incentivos fiscais		37.648	-	37.648	-	-	-
Lucro (prejuízo) acumulado	d/e	(1.015.027)	1.015.027	-	(531.635)	531.635	-
		8.891.350	3.663.880	12.555.230	8.966.201	3.039.547	12.005.748

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	1.237.104	270.547	1.507.651	430.056	2.046.421	2.476.477
Custo da operação	e	(368.954)	291.997	(76.957)	(167.873)	(1.283.807)	(1.451.680)
Lucro bruto		868.150	562.544	1.430.694	262.183	762.614	1.024.797
Despesas gerais e administrativas		(37.772)	-	(37.772)	(34.710)	-	(34.710)
Outras (despesas) / receitas operacionais		36.640	-	36.640	2.725	-	2.725
Resultado antes do resultado financeiro		867.018	562.544	1.429.562	230.198	762.614	992.812
Resultado financeiro		(508.549)	-	(508.549)	(74.502)	(324.126)	(398.628)
Receita financeira		13.209	-	13.209	76.538	-	76.538
Despesa financeira		(521.758)	-	(521.758)	(151.040)	(324.126)	(475.166)
Lucro antes dos impostos		358.469	562.544	921.013	155.696	438.488	594.184
Imposto de renda e contribuição social	c	(129.640)	(130.631)	(260.271)	26.549	(223.781)	(197.232)
Lucro líquido do exercício		228.829	431.913	660.742	182.245	214.707	396.952

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido societário	4.093.352	3.658.590
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(12.040.781)	(11.716.123)
Impostos diferidos ativos	72.159	106.371
Imobilizado	8.192.384	8.458.753
Imobilizado não vinculado à concessão		
Intangível	112.358	111.452
Dividendos propostos	-	489
Impostos diferidos passivos	1.972.522	1.780.101
Patrimônio Líquido regulatório	2.401.994	2.399.633

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo (lucro) líquido conforme contabilidade societária	660.742	396.952
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(1.442.548)	(1.294.748)
Margem de construção	1.160.821	456.861
Outras receitas	1.869	(3.637)
PIS/COFINS Diferido	27.576	208.588
Depreciação regulatória	(310.262)	(129.678)
Juros sobre empréstimos - Societário	-	324.126
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	130.631	223.781
Lucro líquido regulatório	228.829	182.245

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão. Em 2018 a XRTE reconheceu o ativo diferido referente ao seu prejuízo fiscal.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

A receita de construção e receita de remuneração do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada.

e) Custo de construção

O saldo de custo de construção é reconhecido nas demonstrações financeiras societárias baseado com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f) Capitalização dos custos de empréstimos

Os juros de empréstimos e financiamentos foram registrados de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de empréstimos. Os custos dos empréstimos e financiamentos foram capitalizados até a sua entrada em operação.

g) Reapresentação da Demonstração financeira Societária

Ao longo do ano de 2020 a companhia identificou diferenças temporárias relacionadas ao IRPJ e CSLL diferidos entre IFRIC 12 e IFRS 15 que não foram reconhecidos à época. A Administração reapresentou as demonstrações financeiras para correção deste erro. Adicionalmente houve reclassificações de valores que se encontravam-se em Adiantamento a fornecedores para Contas a receber partes relacionadas no montante de R\$ 20 e para Outros ativos circulantes no montante de R\$ 366. Também foram reclassificados os saldos de tributos a pagar e Salários e encargos sociais para as contas de Impostos e contribuições sociais e outros passivos circulantes num total de R\$ 32.824.

O Impacto nas Demonstrações Contábeis Regulatórias foi de R\$ 7.112, devido ao reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos decorrentes de prejuízos fiscais dos anos de 2018 (R\$ 5.054) e 2019 (R\$ 2.058) que foram reconhecidos na Demonstração Contábil Regulatória no ano de 2020.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa		
Banco	9.975	953
Aplicações financeiras	210.277	39.396
	<u>220.252</u>	<u>40.349</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 103,18% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta reserva - financiamentos	126.866	71.346
	<u>126.866</u>	<u>71.346</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	138.105	141.558
Vencidas até 30 dias	62	1.324
Vencidas até 60 dias	135	494
Vencidas até 90 dias	35	634
Vencidas até 120 dias	-	5
Vencidas até 180 dias	-	13
Vencidas há mais de 180 dias	2.599	1.567
	<u>140.936</u>	<u>145.595</u>
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(1.807)	-
	<u>139.129</u>	<u>145.595</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

8.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	8.489.529	-	-	162	8.489.691	162	(439.992)	8.049.699	8.359.799
Terrenos	6.627	-	-	-	6.627	-	-	6.627	6.627
Edificações, obras civis e benfeitorias	745.720	-	-	40	745.760	40	(35.363)	710.397	735.289
Máquinas e equipamentos	7.730.632	-	-	(22.420)	7.708.212	(22.420)	(398.921)	7.309.291	7.611.673
Veículos	5.078	-	-	22.542	27.620	22.542	(5.578)	22.042	4.776
Móveis e utensílios	1.472	-	-	-	1.472	-	(130)	1.342	1.434
Administração	644	-	-	4	648	4	(128)	520	606
Máquinas e equipamentos	-	-	-	4	4	4	-	4	-
Veículos	637	-	-	-	637	-	(128)	509	599
Móveis e utensílios	7	-	-	-	7	-	-	7	7
	8.490.173	-	-	166	8.490.339	166	(440.120)	8.050.219	8.360.405
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	98.953	85.161	(41.269)	(162)	142.683	43.730	-	142.683	98.953
Máquinas e equipamentos	-	7.080	(39)	298	7.339	7.339	-	7.339	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.995	(125)	-	1.870	1.870	-	1.870	-
Veículos	116	3.078	-	(93)	3.101	2.985	-	3.101	116
Móveis e utensílios	-	1.511	-	-	1.511	1.511	-	1.511	-
Adiantamento a fornecedores	53.583	2.862	(21.599)	(31.388)	3.458	(50.125)	-	3.458	53.583
Depósitos judiciais	30.853	-	(105)	-	30.748	(105)	-	30.748	30.853
Materiais em depósito	14.401	-	-	-	14.401	-	-	14.401	14.401
Adiant fornecedores - Projetos	-	68.635	(19.401)	31.021	80.255	80.255	-	80.255	-
Administração	308	141	-	(4)	445	137	-	445	308
Máquinas e equipamentos	5	11	-	-	16	11	-	16	5
Equipamentos de informática	303	130	-	(4)	429	126	-	429	303
	99.261	85.302	(41.269)	(166)	143.128	43.867	-	143.128	99.261
Ativo imobilizado	8.589.434	85.302	(41.269)	-	8.633.467	44.033	(440.120)	8.193.347	8.459.666

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2020		31/12/2019	
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	8.489.691	(439.992)	8.049.699	8.359.799
Administração	7,51%	648	(128)	520	606
		8.490.339	(440.120)	8.050.219	8.360.405

(i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2020

Adições do ativo imobilizado em curso	Valor
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.995
Máquinas e Equipamentos	7.080
Veiculos	3.078
Móveis e Utensílios	1.511
Adiantamentos a Fornecedores	71.497
	85.161

8.4. Principais aquisições do ativo imobilizado em serviço em 2020

Descrição do bem	Grupo	Valor
CONTEINER MODELO BANHEIRO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	69
REBOQUE JULIETA CS 2E PBT 20T 7.700	VEÍCULOS	93
Administração	Grupo	Valor
MONITOR DELL 24"	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4

8.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2020

Não houve baixas de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2020.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

9. Intangível

9.1. Movimentação do intangível:

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	111.219	-	-	-	111.219	-	-	111.219	111.219
Servidões	111.219	-	-	-	111.219	-	-	111.219	111.219
Administração	2.464	-	-	-	2.464	-	(698)	1.766	2.259
Licença de uso de softwares	-	-	-	2.464	2.464	2.464	(698)	1.766	-
Softwares	2.464	-	-	(2.464)	-	(2.464)	-	-	2.259
	113.683	-	-	-	113.683	-	(698)	112.985	113.478
Ativo intangível em curso									
Transmissão	98	1.060	(19)	-	1.139	1.041	-	1.139	98
Servidão	98	547	(19)	-	626	528	-	626	98
Direito, Marcas e Patentes	-	32	-	-	32	32	-	32	-
Softwares	-	481	-	-	481	481	-	481	-
Administração	-	35	-	-	35	35	-	35	-
Softwares	-	35	-	-	35	35	-	35	-
	98	1.095	(19)	-	1.174	1.076	-	1.174	98
Ativo Intangível	113.781	1.095	(19)	-	114.857	1.076	(698)	114.159	113.576

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2020			31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	111.219	-	111.219	111.219
Administração	10,00%	2.464	(698)	1.766	2.259
		113.683	(698)	112.985	113.478

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

9.3. Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2020

Adições do ativo intangível em curso	Valor
Servidões	547
Direito, Marcas e Patentes	32
Software	481
	1.060

9.4. Principais aquisições do ativo intangível em serviço em 2020

Não houve aquisições de ativo intangível em serviço no exercício de 2020.

9.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço 2020

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2020.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para encerramento de obra (i)	154.877	397.980
Fornecedores relacionados à construção	82.941	71.557
Fornecedores relacionados à construção - partes relacionadas	-	25.335
Gastos ambientais e fundiários	255	1.345
Prestadores de serviços	3.460	4.685
Outros	581	9.069
Saldo final	<u><u>242.114</u></u>	<u><u>509.971</u></u>

- (i) Variação refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional

11. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida com terceiros

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	nov/18	nov/42	SGBH	IPCA+5,62%	5.033.351	4.811.050
					<u>5.033.351</u>	<u>4.811.050</u>
Circulante					242.083	264.233
Não circulante					4.791.268	4.546.817
					<u>5.033.351</u>	<u>4.811.050</u>

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550,00 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) x 2,52% e com prazo de amortização de 24 anos.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505,00 (Três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237,00 (Oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.

Esse financiamento será pago em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042.

Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao Subcrédito "C" no valor de R\$ 1.107,00 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e dez centavos) junto ao BNDES

O Subcrédito "C" será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038.

(i) Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida.
- Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto.

As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas.

(ii) Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. No entanto, conforme o contrato, o índice deve ser apurado somente a partir de 2021, primeiro ano em que nos 12 meses ocorrerá amortização do contrato

O Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito 18.2.0573.1 estabelece a obrigação de dobrar a conta reserva de 3 (três) para 6 (seis) vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço de dívida, caso o ICSD mínimo de 1,3 não seja atingido no exercício anterior.

b) Total da dívida com partes relacionadas

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
SGBH	jul/18	dez/21	N/A	108% CDI	1.021.104	1.203.606	1.263.488
					1.021.104	1.203.606	1.263.488
Circulante					1.021.104	1.203.606	-
Não circulante					-	-	1.263.488
					1.021.104	1.203.606	1.263.488

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
BNDES	4.811.051	474.855	-140.845	1.108	-112.818	5.033.351
SGBH (i)		5.279	-5.279	200.000	-200.000	-
SGBH (i)	1.203.606	35.219	-24.553		-193.168	1.021.104
Total	6.014.657	515.353	-170.677	201.108	-505.986	6.054.455

Financiador	Saldo inicial Bruto 01/01/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2019
BNDES	3.608.476	385.338	-	817.237	-	4.811.051
SGBH (i)	1.263.488	73.088	(2.970)	-	(130.000)	1.203.606
Total	4.871.964	458.426	(2.970)	817.237	(130.000)	6.014.657

(i) Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a Companhia deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentas e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentas e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 2 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos milhões de reais) e 3 de setembro de 2018 no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015 - Aneel. Essas operações foram aprovadas pela Aneel através do Despacho nº 1465, datado de 3 de julho de 2018.

Em janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$ 130 milhões da dívida total.

Em 20 de dezembro de 2019, foram deliberadas as condições de sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). As principais características são: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 26 de dezembro de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 03 de janeiro de 2020.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Em 30 de abril de 2020, foi realizada a assembleia geral extraordinária, tendo deliberado a alteração de termo e condição das debêntures objeto das 3ª e 4ª emissões de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, entre a XRTE, na qualidade de emissora das debêntures e a SGBH, na qualidade de debenturista. Os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, inclusive tendo aval do debenturista, a alteração da data de vencimento, de modo que as debêntures passarão a ter prazo de vencimento final em 31 de dezembro de 2021.

Em 14 de outubro de 2020 O BNDES aprovou a utilização de recursos da Receita Anual Permitida ("RAP") extraordinária, provenientes da antecipação da operação comercial do projeto, para quitação de empréstimo de curto prazo obtido com o acionista State Grid Brazil Holding S.A. até o valor de R\$423.000 (quatrocentos e vinte e três milhões).

Em 5 de novembro de 2020, a XRTE pagou parcialmente um de seus empréstimos, amortizando R\$ 193.168.232 (cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais) da dívida total e quitou integralmente as debentures emitidas em 2020 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos milhões de reais) e juros no valor de R\$ 29.831 conforme aprovado pelo BNDES

d) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2022	214.534
2023	214.534
2024	214.534
2025	214.535
2026 - 2042	3.933.131
	<u>4.791.268</u>

12. Impostos diferidos ativos e passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos diferidos ativos (i)	<u>72.159</u>	<u>106.371</u>
	<u>72.159</u>	<u>106.371</u>

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre a adoção inicial do ativo financeiro da Companhia.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	-	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	679	-
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	7.988	2.871
	<u>8.667</u>	<u>2.871</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

De acordo com o art. 21 da Lei n.º 12.783, de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, ficam desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR: as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica; as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2020, através do Despacho n.º 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 9.253.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionados)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

Contingências prováveis (provisionadas)

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhista	102	-
	<u>102</u>	<u>-</u>

Contingências possíveis (não provisionadas):

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Administrativo	404	-
Cível	1.377	313
Trabalhista	3.049	2.244
Servidões	596	-
Fiscal	3.758	1.144
	<u>9.184</u>	<u>3.701</u>

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.771.001, dividido em 2.771.001 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2020 e 2019</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d) Reserva de incentivos fiscais

A XRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado "Lucro da Exploração" por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029.

De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de 37.647 em 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício - societário	660.741	396.952
Lucro incorporação reversa		
Reserva legal (5%)	(33.037)	(19.848)
Base de cálculo para os dividendos	627.704	377.104
Dividendo mínimo obrigatório	<u>6.277</u>	<u>3.771</u>
Provisão de juros sobre capital próprio	<u>(115.121)</u>	<u>-</u>

16. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional bruta	1.381.890	478.502
Receita de rateio de antecipação	(24.285)	(7.450)
Receita de encargos de transmissão	1.244.204	431.200
Recuperação de PIS e COFINS	123.648	43.192
Parcela de ajuste do ciclo anterior	2.408	-
Indisponibilidade de equipamentos	(9.241)	-
Descontos Incidentes na TUST	45.156	11.560
Deduções da receita operacional	(144.786)	(48.446)
PIS	(22.801)	(7.895)
COFINS	(105.024)	(36.366)
P&D	(12.334)	(4.185)
TFSEE	(4.627)	-
	<u>1.237.104</u>	<u>430.056</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Custo da operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(28.453)	(23.501)
Administradores	(96)	(773)
Material	(3.237)	(1.563)
Serviços de terceiros (i)	(12.391)	(6.012)
Depreciação e amortização	(310.262)	(129.678)
Gastos diversos	(5.081)	(2.567)
Outros	(9.434)	(3.779)
	<u>(368.954)</u>	<u>(167.873)</u>

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento dos custos de manutenção de equipamentos, serviços de segurança e locação de transportes.

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(10.824)	(7.867)
Honorários e encargos	-	(9.190)
Benefícios	-	(4.192)
Administradores	(4.433)	-
Material	(48)	(353)
Serviços de terceiros	(1.958)	(5.071)
Arrendamentos e aluguéis	(2.170)	(3.308)
Seguros	(484)	(813)
Doações (ii)	(9.835)	-
Provisão/reversão (i)	(1.703)	-
Tributos	(3.517)	(170)
Depreciação e amortização	(585)	(38)
Outras	(2.215)	(3.708)
	<u>(37.772)</u>	<u>(34.710)</u>

(i) Variação refere-se substancialmente a provisão de perda de crédito esperada (PCE).

(ii) Variação refere-se a doações feitas pela Companhia para contribuir com os esforços governamentais e mitigar os efeitos da pandemia conforme nota explicativa 1.4

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

19. Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	(17.318)	(17.027)
Encargos	(6.356)	(6.155)
Outros Benefícios - Corrente	(4.546)	(458)
Outros	(233)	139
	(28.453)	(23.501)

Pessoal - administração	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	(5.196)	(8.567)
Encargos	(3.232)	(3.860)
Benefícios	(885)	(4.192)
Outros	(1.511)	(438)
Administradores	(4.433)	-
	(15.257)	(17.057)
	(43.710)	(40.558)

20. Outras receitas/ (despesas) operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de CCI	278	-
Reserva SUDAM (i)	37.648	-
Demais Receitas e Rendas	-	2.725
Pessoal	(2)	-
Gastos Diversos Serviços de O&M	(634)	-
Serviços de terceiros	(624)	-
Outros	(26)	-
	36.640	2.725

- (i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita financeira (i)	13.209	76.538
Receitas de aplicações financeiras	13.707	27.223
Variações cambiais ativas	-	51.861
Outras receitas financeiras	147	1.187
Tributos sobre receitas financeiras	(645)	(3.733)
Despesa financeira (ii)	(521.758)	(151.040)
Multas e Juros	-	(718)
IOF	-	(15.547)
Juros do Financiamento	-	(134.299)
Outros	-	(476)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(307.254)	-
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(44)	-
Juros e multas	(1.925)	-
Outras despesas financeiras	(212.535)	-
	(508.549)	(74.502)

- (i) Variação refere-se substancialmente na variação cambial ativa de contratos de importação de bens em dólar com as empresas Nari Group Corporation e China Eletric Power em 2019 e redução na receita de aplicação financeira devido aos resgates ao longo de 2020.
- (ii) Variação refere-se substancialmente no aumento da variação monetária BNDES TJLP e redução dos juros com os empréstimos da companhia com a SGBH e BNDES.

22. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	921.013	594.184
Adições/Exclusões não dedutíveis	26.223	27.753
Ajustes ICPC 01	(389.323)	(700.022)
Doações e subvenções para investimento	(37.648)	-
Juros s/ Capital Próprio	(115.121)	-
Lucro Real	405.144	(78.085)
Compensação PF/BN (30%)	(121.543)	-
Lucro Real (Após Compensação)	283.601	(78.085)
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(70.876)	-
Inc. Fiscais	973	-
IRPJ devido (25%)	(69.903)	-
CSLL (9%)	(25.524)	-
IR e CS correntes	(95.427)	-
IR e CS diferidos	(34.213)	26.549
	(129.640)	26.549

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

a. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	220.252	40.349
Títulos e valores mobiliários	6	126.866	71.346
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	24	20	-
Concessionárias e permissionárias	7	139.129	145.595
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	10	242.114	509.971
Fornecedores partes relacionadas	24	286	-
Empréstimos e financiamentos	11	5.033.351	4.811.050
Empréstimos partes relacionadas	11	1.021.104	1.203.606

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

b. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

24.1 Ativo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>20</u>	<u>20</u>
Outros	20	20

24.2 Passivo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>1.021.390</u>	<u>1.203.610</u>
Fornecedores - partes relacionadas	286	4
Serviços de engenharia SGSE (i)	282	-
Outros	4	4
Empréstimos com a SGBH (nota explicativa 11)	1.021.104	1.203.606

24.3 Resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(43.121)</u>	<u>(76.103)</u>
Aluguel (ii)	(1.999)	(3.015)
Serviços de engenharia SGSE (i)	(624)	-
Juros de empréstimo com a SGBH (nota explicativa 11)	(40.498)	(73.088)

(i) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 13 de agosto de 2020 a XRTE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Mantiqueira, na subestação de energia Terminal RIO – 500kV.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

25. Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2020	31/12/2019
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	3.767	6.350
Benefícios diretos e indiretos	227	2.489
Encargos	1.029	2.480
Provisões (13 salário, férias e bônus)	189	1.685
Valor total da remuneração	5.212	13.004

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

26. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

27. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000	10.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	18.181	18.181
Veículos	Carros	5.063	463
Equipamentos	Equipamentos	952	-
		34.196	28.644

28. Eventos subsequentes

Está prevista para ocorrer no segundo semestre de 2021 a redução do capital social da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"), no valor de R\$ 480 milhões de reais, por ser considerado excessivo, mediante o cancelamento de 480 milhões de ações ordinárias nominativas, conforme previsão do art. 173 da Lei 6.404/16.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Considerando que ocorreram alterações significativas nas condições do financiamento do BNDES, principalmente com relação ao aumento do valor total do limite financiável e da emissão de debêntures pela XRTE integralmente adquiridas pela SGBH, a estrutura de capital do projeto foi alterada. Desta forma, o valor financiado via dívida aumentou, com a consequente redução na participação acionária da XRTE no plano de negócios, demandando, assim, uma revisão do capital social.

O valor previsto de capital social de R\$ 2,291 bilhões já foi integralizado, restando apenas R\$ 480 milhões ainda registrados como capital subscrito, porém não integralizado no balanço patrimonial, para os quais pretende-se a redução. Destaca-se que, conforme atual estrutura de capital do projeto, o qual já está inclusive em operação comercial, não há mais a necessidade/previsão de integralização de tal valor.

A redução de capital da XRTE pretendida foi submetida à aprovação prévia da ANEEL e do BNDES, sendo concedida ambas as autorizações através do Despacho ANEEL 436/2021 e Carta BNDES AE/DEENE1 nº21/ 2021, respectivamente.

Dessa forma, o capital social da XRTE será reduzido de R\$ 2.771.001,00 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) e 2.771.001 (dois bilhões, setecentas e setenta e um milhões e um mil) ações ordinárias nominativas para R\$ 2.291.001,00 (dois bilhões, duzentas e noventa e um milhões e um mil reais) e 2.291.001,00 (dois bilhões, duzentas e noventa e um milhões e um mil) ações.

Ressalta-se que a redução de capital não prejudica a capacidade econômica e financeira da XRTE, nem o cumprimento de qualquer dever ou obrigação assumida, além de não se tratar de transferência financeira efetiva e sim apenas uma adequação documental.